

**COLONIALISMO COMO ESTRUTURA DE LONGA DURAÇÃO  
CONSTITUINTE DO CAPITALISMO: Uma reflexão a partir de Caio Prado  
Júnior e Pablo González Casanova<sup>1</sup>**

**Vinícius Limaverde Forte<sup>2</sup>**

**Resumo:** Este artigo apresenta uma abordagem comparativa sobre os conceitos de *sentido da colonização* de Caio Prado Júnior e *colonialismo interno* de Pablo González Casanova. Essa comparação propicia uma compreensão não eurocêntrica da Modernidade, na medida em que indica o colonialismo como uma estrutura de longa duração do capitalismo. A ideia do colonialismo como uma estrutura de longa duração no capitalismo refuta análises internalistas da modernidade e do capitalismo, ao indicar o papel do colonialismo na formação e manutenção do sistema-mundo moderno.

**Palavras-chave:** Sentido da Colonização. Colonialismo Interno. Capitalismo.

**Colonialism as long term structure of Capitalism: a debate from Caio Prado Júnior's and Pablo González Casanova's ideas.**

**Abstract:** The paper presents a comparative approach of Caio Prado Junior's concept of meaning of colonization and Pablo González Casanova's concept of internal colonization. This comparison provides a non-Eurocentric understanding of modernity, since it indicates colonialism as a long term structure of capitalism. The idea of colonialism as a long term structure of capitalism refutes internally-based analyses of both modernity capitalism, indicating the role of colonialism in the formation and maintenance of the modern world-system.

**Keywords:** Meaning of Colonization. Internal Colonization. Capitalism.

## **1 Introdução**

Neste artigo argumenta-se que há articulação e reciprocidade entre capitalismo e colonialismo, seja na relação entre colônias e metrópoles (posteriormente entre centro-periferia), seja dentro das próprias colônias (ou ex-colônias). Argumenta-se, ainda, que essa articulação e reciprocidade entre capitalismo e colonialismo são constitutivas da própria modernidade, ao invés de considerá-las um produto de uma modernidade supostamente

---

<sup>1</sup> Este artigo é uma versão modificada do trabalho intitulado "Capitalismo e Colonialismo em Caio Prado Júnior e Pablo González Casanova", apresentado no XXIX Congresso Latino-americano de Sociologia realizado em Santiago-Chile em 2013.

<sup>2</sup> Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco (PPGS-UFPE). Correio eletrônico: [vinicuislforte@yahoo.com.br](mailto:vinicuislforte@yahoo.com.br).

gerada endogenamente na Europa. Para tanto, tentará se estabelecer um diálogo entre as noções de sentido da colonização de Caio Prado Júnior (2000) e colonialismo interno de Pablo González Casanova (1975; 2006a; 2006b). Assim, ao se considerar o fenômeno do colonialismo a partir das diferentes perspectivas desses autores, aponta-se para a necessidade de se compreendê-lo de uma maneira integral, percebendo a interdependência entre o sentido da colonização e o colonialismo interno na sua conformação. Com isso seria possível argumentar que o colonialismo constituiria uma estrutura de longa duração (BRAUDEL, 1982) do capitalismo.

O argumento a ser desenvolvido em seguida, a partir da relação entre as reflexões de Caio Prado Júnior e Pablo González Casanova, contrapõe-se às concepções hegemônicas no campo das Ciências Sociais a respeito da constituição da modernidade e do capitalismo como sendo intrinsecamente e exclusivamente europeus. Com isso, busca-se contribuir com uma possível alternativa ao modo predominante de se pensar a questão, que desconsidera ou minimiza o fato da ascensão da ordem social moderna ter sido possível devido às relações de exploração impostas pelos europeus a partir das grandes navegações iniciadas no final do século XV. Portanto, considera-se que posturas teóricas eurocêntricas, expressas em formulações estritamente internalistas a respeito da emergência da modernidade e do capitalismo, constituem um entendimento parcial do fenômeno. Conforme Connell (2012), tais formulações podem ser compreendidas como oriundas de um processo de reificação de um conjunto de experiências sociais que estão na base de conceitos que sistematicamente excluem a questão do colonialismo, na medida em que tematizam apenas sociedades desprovidas de determinações externas. Nesse sentido, a utilização desses conceitos esbarra em diversas limitações ao se tentar compreender o capitalismo e a modernidade a partir da perspectiva dos países do Sul Global. Desse modo, considerar a articulação intrínseca entre capitalismo e colonialismo como parte constitutiva da modernidade propicia que se perceba essa questão a partir de uma perspectiva diferente da “autointerpretação de uma modernidade saída de matrizes tais como a Reforma Protestante, o Iluminismo e a Revolução Francesa” (RADOMSKY, 2011, p. 157).

Embora imbuído de pressupostos eurocêntricos, conforme apontado por Lander (2006), ao tratar do processo de acumulação primitiva de capital<sup>3</sup> Karl Marx propiciou alguns

---

<sup>3</sup> Trata-se da acumulação de capital anterior à acumulação capitalista, cuja existência a precedeu e propiciou seu surgimento. A acumulação primitiva de capital é a história da expropriação dos camponeses, que desprovidos

elementos que serviram de esteio para se pensar a vinculação entre colonialismo e capitalismo. Marx (2008) indica que a gênese do capitalista industrial é indissociável do mercantilismo e do colonialismo. No período inicial do colonialismo europeu, o capital mercantil teve preponderância e impulsionou por diversas formas a acumulação primitiva de capital. Conforme o autor, nos fins do século XVII esses meios teriam sido coordenados através dos seguintes sistemas: o colonial, o das dívidas públicas, o moderno regime tributário e o protecionismo. No que tange ao sistema colonial, enquanto o capital mercantil ainda era preponderante e o capitalismo não havia se desenvolvido plenamente, o colonialismo era fundamental no processo de acumulação primitiva de capital. Por um lado, mediante a exploração de metais preciosos na América, a pilhagem das especiarias orientais e a caçada humana ocorrida na África para a realização do tráfico negreiro. Por outro lado, as colônias asseguravam um mercado monopolizado para o consumo das manufaturas produzidas na Europa, propiciando uma acumulação ainda mais acelerada (MARX, 2008). Com isso, Marx e Engels (2000) indicaram que o caráter internacional do capitalismo deve-se à necessidade da burguesia de explorar mercados cada vez mais extensos para os seus produtos. Em virtude disso, os autores afirmam que “a burguesia deu um caráter cosmopolita à produção e ao consumo de todos os países” e ao fazer isso obrigou “todas as nações, sob pena de extinção, a adotarem o modo de produção da burguesia, obriga-as a ingressarem no que ela chama civilização” e por conta disso, do mesmo modo que “subordinou o campo à cidade, subordinou os países bárbaros e semibárbaros aos civilizados, os povos camponeses aos povos burgueses, o Oriente ao Ocidente” (MARX, ENGELS, 2000, p. 49).

Com base nessas considerações a respeito de Marx e Engels é possível apreender algumas indicações importantes a respeito do papel decisivo do colonialismo no desenvolvimento do capitalismo, embora uma visão mais integral desse fenômeno demande a incorporação de argumentos que não se detenham apenas à realidade europeia ou somente ao colonialismo originado pela expansão imperialista da Inglaterra. Nesse ínterim, intenta-se demonstrar a importância da tradição crítica do pensamento social na América Latina para o debate sobre a reconceituação da modernidade a partir da articulação entre colonialismo e capitalismo, considerando-se as noções de sentido da colonização de Caio Prado Júnior e de colonialismo interno de Pablo González Casanova. Dessa maneira, essa problematização

---

dos seus meios de subsistência passam a ter que vender sua força de trabalho para sobreviver, ao mesmo tempo em que se tornam o mercado consumidor das mercadorias industrializadas (MARX, 2008).

situa-se em um movimento duplo de “provincialização” da Europa e “desprovincialização” da teoria social do Sul.

A seguir serão apresentadas as concepções de sentido da colonização de Caio Prado Júnior e em seguida a de colonialismo interno de Pablo González Casanova, enfatizando como em cada uma delas é possível apreender diferentes aspectos da relação entre colonialismo e capitalismo. Para concluir, intenta-se expor uma articulação entre essas duas concepções a fim de propiciar uma compreensão do colonialismo de modo integral, constituindo uma estrutura de longa duração do capitalismo.

## **2 O sentido da colonização e a formação do capitalismo no Brasil**

O debate de Caio Prado Júnior a respeito do sentido da colonização remete ao contexto de introdução do marxismo no Brasil na primeira metade do século XX. O autor pautou-se pelo esforço de refutação das teses que compreendiam de modo “etapista” a constituição do capitalismo no país, que buscaram aplicar à história brasileira um modelo teórico marxista elaborado para compreender como se configurou a sucessão de modos de produção na Europa. Prado Júnior (1978) taxou como sendo apriorísticas tais concepções “etapistas”, afirmando que elas negavam o método dialético por não considerarem os fatos em função de seu devir histórico, pois assumiriam como pressuposto epistemológico uma concepção determinista da história que recorria a conceitos rígidos e dogmaticamente estabelecidos, sem um confronto crítico com a realidade. Ele afirma que a ideia de que há uma evolução histórica da humanidade que se realiza por meio de etapas invariáveis e predeterminadas não corresponderia às formulações de Marx e Engels. Embora reitere que em determinados países tenham ocorrido uma mesma sucessão de etapas até o advento do capitalismo, configurando-se no que ficou conhecido como a via clássica (COUTINHO, 2011), Prado Júnior não considera que isso deva ser tomado como uma fatalidade histórica a ser convertida em lei geral e absoluta que venha a enquadrar a evolução dos fatos históricos em esquemas universais. Mesmo considerando que os processos históricos possuem um caráter específico que impossibilita o seu enquadramento prévio em um esquema teórico universalmente válido, Caio Prado Júnior afirma que a compreensão dialética da realidade está necessariamente vinculada à previsão do socialismo, mesmo que não se possa afirmar um caminho único para

sua concretização, na medida em que sua construção é um processo em aberto, apesar de inevitável (PRADO JÚNIOR, 1978). Nesse ínterim, é possível afirmar que Caio Prado Júnior oferece uma perspectiva fundamental para se explicar a constituição do capitalismo no Brasil mediante uma abordagem não eurocêntrica, na medida em que atenta para a especificidade da formação da sociedade brasileira, rejeitando o apriorismo das interpretações marxistas fundamentadas em concepções “etapistas”.

Apesar de seus esforços interpretativos se voltarem para o processo histórico particular de um único país, seria possível levantar a hipótese de que as ideias de Caio Prado Júnior suscitam elementos para uma compreensão não eurocêntrica do sistema capitalista considerado de uma maneira mais ampla. Tais contribuições seriam expressas tanto em termos metodológicos, como em termos teóricos. No que tange à contribuição metodológica caiopradiana para uma compreensão não eurocêntrica do capitalismo, pode-se destacar que subjacente à sua interpretação estaria um modo peculiar de compreender a dialética e sua relação com a especificidade de cada realidade histórica, como exposto pelo autor em sua refutação às abordagens “etapistas” (PRADO JÚNIOR, 1978). Já em relação à sua contribuição teórica para uma compreensão não eurocêntrica do capitalismo, pode-se referir à noção de sentido da colonização que propiciaria uma apreensão contrária às interpretações endógenas acerca da formação do capitalismo, aprofundando a ideia marxiana de que o colonialismo foi fundamental para o processo de acumulação primitiva do capital. Neste trabalho o interesse maior está nesse segundo aspecto.

Para Caio Prado Júnior (2000) só é possível compreender o processo de formação da sociedade brasileira a partir das relações de submissão aos interesses econômicos externos, cuja origem remete ao período colonial. São nessas relações que residiriam a explicação para a persistência de alguns caracteres estruturantes do desenvolvimento histórico do país. Por um lado, o autor indica como o plantio e a extração, direcionados ao mercado internacional, exerceram influência sobre o modo como se desenvolveram as atividades voltadas para o mercado interno, o povoamento, a catequização, a organização familiar, a divisão do trabalho etc. Por outro lado, aponta que essa estruturação interna do país em virtude dos interesses econômicos da metrópole estava em função do processo de acumulação primitiva de capital na Europa. A articulação entre esses dois elementos é o que caracteriza o sentido da colonização

Caio Prado Júnior (2000) afirma a possibilidade de apreensão do sentido da constituição dos povos mediante a análise histórica dos principais elementos dos processos particulares de cada um deles. O sentido da evolução de um povo é como uma espécie de diretriz geral dada no âmbito das relações econômicas, mas com repercussões diretas nas outras esferas da sociedade. É realizado nas ações individuais, sem que os agentes tenham necessariamente consciência de seu curso e conduz reiteradamente a uma finalidade específica, definida de acordo com o padrão de relacionamento com os demais povos.

Nessa perspectiva, Caio Prado Júnior propõe explicar a formação brasileira em vista do sentido da colonização, entendido como “o de uma colônia destinada a fornecer ao comércio europeu alguns gêneros tropicais ou minerais de grande importância: o açúcar, o algodão, o ouro...” (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 117). A apreensão desse sentido só seria possível ao circunscrevê-lo em uma dimensão mais ampla, sem a qual a colonização não pode ser compreendida adequadamente, embora ele afirme que sua intenção não é tematizar esse quadro mais geral:

Precisamos reconstituir o conjunto de nossa formação colocando-a no amplo quadro, com seus antecedentes, destes três séculos de atividade colonizadora que caracterizam a história dos países europeus a partir do século XV; atividade que integrou um novo continente na sua órbita, paralelamente aliás ao que realiza, embora em moldes diversos, em outros continentes: a África e a Ásia. Processo que acabaria por integrar todo o Universo em uma nova ordem, que é a do mundo moderno, em que a Europa, ou antes, a sua civilização, se estenderia dominadora por toda parte. Todos estes acontecimentos são correlatos, e a ocupação e povoamento do território que constituiria o Brasil não é senão um episódio, um pequeno detalhe desse quadro imenso. (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 8-9).

Portanto, a origem do Brasil está relacionada com o surgimento de um mercado mundial, cuja origem histórica foi o deslocamento das rotas comerciais do mediterrâneo para o atlântico. Isso redundou na chegada dos europeus às terras que hoje são conhecidas como América. Esse fato é definidor dos destinos do país, pois determinou, mesmo após o fim da dominação portuguesa, sua ocupação, colonização, as relações de produção, o tipo de propriedade, as características do trabalho, a economia interna e externa, além da organização social e os padrões de sociabilidade.

### **3 Capitalismo e colonialismo interno**

No âmbito do pensamento crítico na América Latina, Pablo González Casanova realiza importante reflexão acerca da articulação entre capitalismo e colonialismo, no intuito de indicar como as condições características do regime colonial podem se perpetuar internamente nas regiões que sofreram esse tipo de exploração, mesmo após o fim do vínculo formal com as ex-metrópoles. Ao propor uma redefinição do conceito de colonialismo, o autor constata que a “Ocidentalização” do mundo ocorre dentro de uma estrutura colonial, estabelecendo-se relações estruturalmente desiguais entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos (CASANOVA, 2006a).

Casanova (1975, 2006a) afirma que comumente o colonialismo é um conceito referente a um fenômeno internacional que envolve povos e nações distintos, como no caso apresentado acima na obra de Caio Prado Júnior. Contudo, em seu debate sobre a reconceituação do colonialismo, o autor questiona-se a respeito da correspondência necessária entre conceitos sociológicos e fronteiras políticas, pois seria preciso investigar até que ponto categorias comumente empregadas para se pensar problemas internos também poderiam servir para explicar problemas internacionais e vice-versa (CASANOVA, 2006a). Nesse sentido, sua argumentação aponta para a necessidade de se pensar a realidade a partir de perspectivas conceituais que sejam historicamente definidas de modo dinâmico, atentando para a questão da unidade na diversidade e das permanências na mudança.

Segundo Casanova (2006b), a afirmação da existência de um colonialismo interno consiste em um tabu para ideólogos do imperialismo e do socialismo. Por um lado, os ideólogos do imperialismo rechaçam que sob o regime do livre mercado possa existir tal tipo de relações no interior do Estado-Nação. Por outro lado com a ascensão do stalinismo o debate sobre autodeterminação, etnicidade e a questão nacional passou a ser tratado como particularismo de cunho separatista e nacionalista – embora Lenin tenha fornecido subsídios teóricos importantes para se pensar a questão do “direito de autodeterminação” dos povos no interior das nações componentes da União Soviética, no intuito de assegurar o direito das minorias étnicas. Ainda de acordo com Casanova, a postura assumida pela URSS de retirar da pauta o debate sobre a questão étnica implicou na imposição de barreiras epistemológicas para se pensar questões vinculadas às especificidades em detrimento do debate considerado mais geral sobre imperialismo e luta de classes, implicando em uma problematização fragmentária no pensamento marxista e revolucionário sobre o colonialismo interno (CASANOVA, 2006b). E caso seja traçado um paralelo com o debate caiopradiano conta o “etapismo”, seria

possível afirmar que essa postura assumida pela URSS com relação à questão étnica pode ter tido repercussões profundas, mesmo em algumas perspectivas críticas às doutrinas oriundas de Moscou – como é o caso de Caio Prado Júnior que em relação ao período colonial (PRADO JÚNIOR, 2000) reitera aspectos da teoria freyreana da mestiçagem, ao mesmo tempo em que enfatiza a passividade de negros e indígenas, e ao abordar o debate sobre a Revolução Brasileira (PRADO JÚNIOR, 1978) na década de 1960 não leva a questão étnica em consideração.

Repensar o colonialismo implicaria, então, ampliar sua acepção original em face às configurações assumidas pelos processos de dominação e exploração instauradas inicialmente após a independência das ex-colônias conquistadas durante as grandes navegações. Isso demandaria a compreensão da evolução conjunta do capitalismo e do Estado-Nação, a fim de se apreender o colonialismo também como um fenômeno interno que ocorre no terreno econômico, político, social e cultural. Assim, inicialmente o autor define o colonialismo interno como algo que ocorre “en el interior de una misma nación, en la medida en que hay en ella una heterogeneidad étnica, en que se ligán determinadas etnias con íes grupos y dominantes, y otras con los dominados.” (CASANOVA, 1975, p. 89). Posteriormente Casanova (2006a) reviu o conceito, ampliando-o ao indicar mais explicitamente sua articulação com a luta de classes, o imperialismo e o colonialismo. O autor argumenta que a existência de uma sociedade dual está relacionada com a existência de uma sociedade colonial, originária da dominação de uma sociedade mais avançada tecnologicamente que outra. Nesse contexto, a sociedade dual está extremamente vinculada à estrutura colonial, ao desenvolvimento desigual (no âmbito técnico, cultural e institucional) e à combinação de diferentes formas de exploração (relações de trabalho escravista, feudais e assalariadas) no interior do mesmo país. Casanova indica que essa situação forja o racismo e a discriminação racial como a psicologia e a política tipicamente coloniais. O autor afirma que o racismo surge em todas as colônias onde se encontram duas culturas: nas Américas, no Oriente Próximo e no Extremo Oriente, bem como na África. A partir da afirmação de superioridade europeia em relação aos nativos, o racismo passa a consistir em um meio fundamental de exploração colonial de um país sobre outro, influenciando em toda a configuração de desenvolvimento e na cultura colonial (CASANOVA, 2006a).

No que se refere às relações de classe, Casanova (2006a) indica que o colonialismo interno possui a especificidade de não se tratar apenas de uma relação de expropriação e

dominação dos trabalhadores pelos seus empregadores, mas consiste em uma relação de exploração de uma população ou etnia por outra, sendo que no interior de cada uma dessas populações e etnias há relações de classe. Nesse sentido, em uma sociedade dual há relações de classe no interior de cada etnia, seja ela dominada ou dominante, estabelecendo-se hierarquias no interior das classes sociais do país conforme a etnia de seus integrantes (CASANOVA, 2006a).

Portanto, Casanova proporciona meios para se compreender o colonialismo como um fenômeno atual e integral. Embora seu debate tenha se detido inicialmente no âmbito da nação, logo o autor buscou explicitar sua relação com distintos fenômenos internacionais, apontando para a tendência cada vez maior de intensificação dos vínculos de exploração nos níveis local e global. Com isso, o conceito de colonialismo interno constitui importante reflexão sociológica e política para se pensar movimentos de resistência heterogêneos e integrados em rede, ao mesmo tempo em que explicita que repensar o colonialismo contribui para se repensar a própria ideia de capitalismo e modernidade, tanto a partir do centro como da periferia.

#### **4 Colonialismo como fenômeno integral e como estrutura de longa duração capitalista**

Caio Prado Júnior e Pablo González Casanova apresentam reflexões que podem ser percebidas como complementares no que se refere à compreensão da relação entre capitalismo e colonialismo. Enquanto a noção de sentido da colonização de Prado Júnior propicia apreender a persistência ao longo dos séculos no Brasil (e na América Latina) da dinâmica colonial estruturada em função das demandas dos interesses econômicos externos, Casanova indica a permanência da estrutura colonial mesmo após a independência, configurando-se em um colonialismo interno que se articula com o colonialismo em escala internacional e transnacional.

Em ambos os casos, as diferentes abordagens do colonialismo apontam para uma intrincada relação com o capitalismo. Caio Prado Júnior argumenta que os países latino-americanos sempre participaram do mesmo sistema econômico que os países europeus:

Os países da América Latina sempre participaram, desde sua origem na descoberta e na colonização por povos europeus, do mesmo sistema em que se constituíram as relações econômicas que, em última instância, foram dar origem ao imperialismo, a saber, o sistema do capitalismo. São essas relações que, em sua primeira fase do capital comercial, presidiram à instalação e à estruturação econômica e social das colônias, depois nações latino-americanas. É assim, dentro de um mesmo sistema que evoluiu e se transformou do primitivo e originário capitalismo comercial, é aí, e por força das mesmas circunstâncias (embora atuando diferentemente no centro e na periferia), que se constituíram de um lado as grandes potências econômicas dominantes no sistema imperialista, e de outro os países dependentes da América Latina. (PRADO JÚNIOR, 1978, p. 68).

Portanto, Caio Prado Júnior considera que a evolução do “primitivo e originário capitalismo comercial” para o imperialismo como forma mais acabada do capitalismo resulta de um mesmo sistema, onde o estabelecimento de posicionamentos hierárquicos diferenciados (metrópole/ colônia e centro/ periferia) é parte constitutiva de sua dinâmica, desde sua origem. Então, é possível argumentar que está subjacente a essa tese uma relação dialética entre globalismo e localismo, na medida em que, ao procurar compreender a formação da sociedade brasileira em um contexto capitalista, Caio Prado Júnior promove certa radicalização da ideia de Marx e Engels (2000) que o capitalismo é um modo de produção cuja existência é internacional. Com isso, a especificidade das relações capitalistas no Brasil não constitui nenhum “desvio” em relação a determinado modelo (como poderia ser sugerido a partir das interpretações “etapistas”), nem remete a algum motivo de atraso intrínseco ao país, mas seria um desdobramento da exploração decorrente da sua condição colonial originária.

Já Casanova aponta para a reprodução desse fenômeno no interior das ex-colônias, indicando a importância do preconceito racial para acumulação de capital e para a existência de regiões exploradas colonialmente dentro de países periféricos, que por sua vez estão subordinados aos países centrais mediante vínculos imperialistas de dependência. Desse modo, Casanova indica que:

A definição de colonialismo interno está originalmente ligada a fenômenos de conquista, em que as populações de nativos não são exterminadas e formam parte, primeiro do Estado colonizador e depois do Estado que adquire uma independência formal, ou que inicia um processo de libertação, de transição para o socialismo, ou de recolonização e regresso ao capitalismo neoliberal. Os povos, minorias ou nações colonizadas pelo Estado-nação sofrem condições semelhantes às que os caracterizaram no colonialismo e no neocolonialismo em nível internacional (CASANOVA, 2006b, p. 396).

Nesse sentido, debater o colonialismo interno não implica desconsiderar as relações de classe, ou exaltar as identidades locais, mas perceber a articulação entre racismo, capital monopólico e imperialismo como meio de facilitar a acumulação de capital. Ademais, desde que o regime comunista da URSS deixou de existir, implicando no triunfo mundial do capitalismo sob a égide do neoliberalismo global, há uma tendência cada vez maior de integração entre a colonização inter, intra e transnacional. Dessa forma, Casanova (2006b) argumenta que não é possível analisar o mundo contemporâneo excluindo essas categorias entre si, pois os diferentes tipos de colonialismo combinam-se, organizam-se e articulam-se para propiciar as maiores vantagens possíveis e poderes às empresas e estados que os apoiam. Como resultado dessa configuração contemporânea do colonialismo interno articulado a outras formas de colonialismo, as lutas de resistência dos povos, nacionalidades e etnias vítimas do colonialismo interno associaram-se às lutas das vítimas dos outros tipos de colonialismo que passam a formar redes e organizações autônomas, cujas estratégias combinam-se às antigas formas de resistência. Com isso surgem novas alternativas de luta a partir da articulação de forças heterogêneas de diferentes partes do mundo que passam a estabelecer uma comunicação interativa e intercultural (CASANOVA, 2006b).

Nesse ínterim, ao se procurar compreender a constituição dos povos que sofreram com as conquistas decorrentes do expansionismo europeu iniciado no final do século XV, torna-se patente o caráter indissociável que há entre capitalismo e colonialismo, na medida em que o colonialismo: 1) propiciou a acumulação primitiva de capital nos países metropolitanos europeus; 2) impôs o sentido que orientou a formação econômica, social, política, cultural e étnica dos povos conquistados; 3) engendrou o desenvolvimento das relações capitalistas no interior dos países conquistados de modo a reproduzir esses mesmos padrões de dominação colonial no seu interior. Portanto, da mesma forma em que o sentido da colonização serviu ao desenvolvimento do capitalismo no centro (ao propiciar a exportação de gêneros tropicais e metais preciosos), o sentido da colonização também serviu ao desenvolvimento do capitalismo no interior dos países periféricos por meio da organização da sociedade com base na “internalização” do padrão dualista característico do regime colonial.

Assim, o desenvolvimento do capitalismo dependente teve suas bases propiciadas pelo colonialismo concebido de forma integral, caracterizado pela articulação entre o sentido da colonização (PRADO JÚNIOR, 2000) e do colonialismo interno (CASANOVA, 1975; 2006a; 2006b). Isso engendrou o que Florestan Fernandes (2005) denominou de dupla articulação

entre capitalismo dependente, originário de uma formação societária estamental, e capitalismo do centro, fazendo com que seus interesses, a primeira vista díspares, sejam conciliados permanentemente por meio da complementaridade entre os colonialismos intranacional e transnacional e o imperialismo. Nesse ínterim, é possível afirmar que o colonialismo integral é uma estrutura de longa duração<sup>4</sup> constituinte do capitalismo, sendo um elemento intrínseco à modernidade.

Essa ideia possui certa proximidade com o que Quijano (2005) denominou de colonialidade do poder e reitera a importância das Américas na formação do sistema-mundo moderno (QUIJANO, WALLERSTEIN, 1992). Quijano e Wallerstein (1992) indicam que o nascimento do sistema-mundo moderno vincula-se às grandes navegações e às conquistas coloniais dos países ibéricos durante o século XVI. Os autores argumentam que a criação das Américas como uma entidade geossocial é parte constitutiva fundamental do capitalismo e da modernidade em decorrência do surgimento de quatro elementos interligados entre si que são fundamentais para a existência do sistema-mundo moderno: colonialidade, etnicidade, racismo e o próprio conceito de novidade (QUIJANO, WALLERSTEIN, 1992).

Para concluir, é possível indicar que pensar o colonialismo integral como uma estrutura de longa duração constituinte do capitalismo implica questionar as bases epistemológicas de concepções eurocêntricas a respeito do capitalismo e da modernidade, inserindo-se no âmbito do movimento de “provincilização da Europa” proposto por Chakrabarty. Por outro lado, o debate também suscitaria uma “desprovincialização” do pensamento crítico latino-americano, pois o reposiciona e coloca-o na linha de frente como uma das matrizes intelectuais que podem contribuir para a elaboração de outro entendimento a respeito da modernidade, a fim de considerar o colonialismo como parte de sua constituição e, por conseguinte, evitando concepções intrinsecamente e exclusivamente eurocêntricas. Portanto, as ideias de Caio Prado Júnior e Pablo González Casanova podem ser consideradas uma importante chave analítica para se questionar o que Connell (2012) classificou como divisão imperial do trabalho intelectual – ou, conforme Wallerstein (2002), para contestar a

---

<sup>4</sup> Braudel (1982) compreende estrutura como sendo uma “realidade que o tempo demora a desgastar e transportar” e que “constituem, ao mesmo tempo, apoios e obstáculos, apresentam-se como limites (*envolventes*, no sentido matemático) dos quais os homens e as suas experiências não se podem emancipar” (BRAUDEL, 1982, p. 14). Pode-se compreender a noção de estrutura apresentada pelo autor como sendo simultaneamente mutável e determinista, consistindo em uma espécie de “estrutura dinâmica” ou “estrutura histórica”. Além disso, não se trata de uma noção unilateral de estrutura, pois haveria diferentes tipos de estruturas nessa perspectiva de *longue durée*, tais como estruturas econômicas, mentais, científicas, artísticas etc.

estrutura de saber eurocêntrica, ou a colonialidade do saber, segundo Lander (2005), ou, ainda, uma razão indolente, segundo Santos (2010).

### Referências Bibliográficas

BRAUDEL, F. **História e ciências sociais**. Lisboa: Presença, 1982.

CASANOVA, P. G. **La democracia em México**. Ciudad de México: Ediciones Era, 1975.

\_\_\_\_\_. El colonialismo interno. In: \_\_\_\_\_. **Sociología de la explotación**. Buenos Aires: CLACSO, 2006a.

\_\_\_\_\_. Colonialismo interno (uma redefinição). In: BORON, A., AMADEO, J., GONZÁLEZ, S. (Org.). **A teoria marxista hoje**. Problemas e perspectivas. Buenos Aires; São Paulo: CLACSO; Expressão Popular, 2006b. (Coleção Campus Virtual).

CONNEL, R. A iminente revolução na teoria social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, n. 80. p. 9 – 20, out., 2012.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**. Ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2005.

LANDER, E. Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocêtricos. In: \_\_\_\_\_. (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. (Colección Sur Sur).

MARX, K. A chamada acumulação primitiva. In: \_\_\_\_\_. **O capital** – crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. Livro I, Tomo II.

MARX, K., ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2000.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000. (Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro).

\_\_\_\_\_. **A revolução brasileira**. 6ª ed. São Paulo, 1978.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. (Colección Sur Sur).

QUIJANO, A., WALLERSTEIN, I. Americanity as a concept, or the Americas in the modern world-system. **International Social Science Journal**, Paris, n.134, p. 549-557, nov., 1992.

RADOMSKY, G. F. W. Desenvolvimento, pós-estruturalismo e pós-desenvolvimento. A crítica da modernidade e a emergência de “modernidades” alternativas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 26, n. 75. p. 149 – 193, fev., 2011.

SANTOS, B. S. **A gramática do tempo** – para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2010.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O fim do mundo como o concebemos**. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

**Recebido em: 12/05/2013. Aceito em: 07/07/2013.**